

Jonas Pereira

Sarney recebe carta com ações ambientais

Compromissos assumidos por jovens foram entregues por delegação que discutiu as mudanças socioambientais na Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta. **5**



Presidente do Senado recebe jovens e crianças de várias nacionalidades que participaram de conferência. Eles prometeram adotar ações para estimular hábitos ecologicamente sustentáveis em suas comunidades

Aprovadas regras para sanções comerciais

Projeto votado na terça-feira pela Câmara recebeu ontem aval do Senado, favorecendo governo brasileiro no litígio com os EUA por causa dos subsídios ao algodão

O Senado aprovou ontem o projeto que viabiliza a aplicação pelo Brasil de sanções autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos de propriedade intelectual de outros países quando eles descumprirem o acordo constitutivo do órgão. A matéria,

que será encaminhada à sanção presidencial, favorece o governo brasileiro no litígio com os Estados Unidos em relação aos subsídios concedidos por aquele país aos produtores de algodão. Aprovado na terça-feira pela Câmara, o projeto originário de medida provisória perderia a validade hoje. **3**

Emenda que muda divisão dos royalties do petróleo repercute em Plenário **8**

Tião Viana apresenta parecer sobre LDO até dia 18

Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá consolidar 2.694 emendas sugeridas pelos parlamentares. **4**

Legislativo quer fazer compras sustentáveis

Visando introduzir critérios de sustentabilidade em suas compras de bens e serviços, Senado e Câmara assinam acordo. **2**



Maria Elisa Teófilo de Luna e senador Eduardo Azeredo acompanham exposição de Rudá Gonzales Seferin à CRE

Aprovados embaixadores para Senegal e Albânia

Designada para Senegal e Gâmbia, Maria Elisa Teófilo de Luna acredita no aprofundamento das relações co-

merciais com a África. Já Rudá Gonzales Seferin será o primeiro embaixador residente em Tirana, na Albânia. **5**

Direito a assento duplo para obesos mórbidos

A medida foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e vai agora à Comissão de Direitos Humanos. **4**

CCJ vota Estatuto da Igualdade Racial na quarta

O projeto de Paulo Paim é o primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **3**

Acordo faz parte das comemorações da IV Semana do Meio Ambiente, promovido pelo Senado, e do Dia Mundial do Meio Ambiente



Na solenidade de assinatura do acordo de cooperação entre as duas Casas do Congresso, Janice Silveira (E), Andréa Valente, Sérgio Contreiras, Haroldo Tajra, Cássia Botelho e Gilson Dobbins

Câmara e Senado vão buscar critérios de sustentabilidade em suas compras

VISANDO INTRODUIZIR CRITÉRIOS de sustentabilidade em suas compras de bens e serviços – que contemplem, por exemplo, a proteção ao meio ambiente –, o Senado e a Câmara dos Deputados assinaram ontem um acordo para a realização de estudos conjuntos. Os estudos serão realizados pelo Senado Verde e pelo EcoCâmara, núcleos que implementam os programas de gestão ambiental das respectivas Casas.

A assinatura ocorre no âmbito de dois eventos promovidos pelo Congresso: a IV Semana do Meio Ambiente do Senado e a programação comemorativa, realizada pela Câmara, do Dia Mundial do Meio Ambiente

(celebrado em 5 de junho).

O diretor do Senado, Haroldo Tajra, lembrou que a Casa realizou nesta semana, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um seminário para discutir o incentivo a licitações públicas que deem preferência a bens e serviços sustentáveis.

Para representantes do governo, essa seria uma forma de induzir o setor privado a privilegiar produção e oferta sustentáveis, já que o poder público é um grande comprador.

A coordenadora-geral do EcoCâmara, Janice Silveira, informou que os estudos decorrentes do acordo entre Câmara e Senado serão conjuntos, mas

que a elaboração das normas internas para as compras será realizada separadamente em cada Casa.

Alternativas

Segundo o acordo assinado por Haroldo Tajra e pelo diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Câmara e Senado desenvolverão, conjuntamente, discussões, encontros técnicos e visitas técnicas entre as respectivas equipes envolvidas e outros parceiros, visando estudar alternativas viáveis para a proposição de regulamentos em cada uma das Casas legislativas.

Poderão participar das reuniões das comissões técnicas,

mediante concordância mútua, pessoas físicas ou jurídicas, especialistas, estudiosos, empresários e autoridades que possam contribuir para a implementação das medidas.

O documento firmado por Senado e Câmara dos Deputados estabelece que são linhas de ação do acordo a realização de visitas técnicas a entidades que estão trabalhando com o tema; encontros técnicos, palestra, seminários, oficinas, eventos externos e reuniões com outras entidades governamentais; e a multiplicação entre seus pares, dos conhecimentos adquiridos durante os encontros e outros momentos de troca de experiências.

Adservis é multada pelo Senado

A empresa de serviço terceirizado Adservis ficará impedida de participar de licitações e de assinar contratos com o Senado Federal por dois anos. Além disso, será multada em R\$ 972.677,24. É o que determina portaria (POR 17/10) assinada na última quarta-feira pelo diretor-geral adjunto do Senado, Luciano de Souza Gomes.

Esta é a segunda vez que a Adservis é multada pelo Senado. O processo de análise de irregularidades no cumprimento do contrato da empresa com a Casa começou em março.

Heráclito: não há plano de carreira secreto

Heráclito Fortes (DEM-PI) rebateu em Plenário informações divulgadas pela imprensa de que a Mesa do Senado teria aprovado secretamente o plano de cargos e salários dos servidores. O senador afirmou que, como relator do projeto que institui o plano, só pode torná-lo público depois de votado e aprovado pela Mesa, para que seja, então, remetido ao Plenário, onde será discutido por todos os senadores.

– Chegar-se à conclusão de que é uma reforma secreta é uma irresponsabilidade, uma levandade e um desconhecimento do Regimento Interno.

Heráclito informou que na reunião da Mesa realizada quarta-feira em que foi discutido o projeto do plano de cargos e salários, pediu a manifestação do PT, ali representado pela senadora Serys Slhessarenko (MT), o que não ocorreu. afirmou que, diante disso, não concordou que a



Heráclito Fortes diz que projeto será examinado de maneira transparente

votação fosse concluída.

– Não era justo que eu permitisse que aquela votação acontecesse com a omissão do Partido dos Trabalhadores. Eu acho que o Partido dos Trabalhadores tem de se manifestar sobre essa questão.

O senador considerou lamentável “que se tente

fazer confusão e que se use, às vezes até desavisadamente, setores da imprensa para isso”. Ele disse que o projeto do plano de cargos e salários está sob sua responsabilidade e será examinado de maneira transparente, com a participação de todos. Lembrou, no entanto, que o Senado tem um prazo para aprovar o projeto e pediu que aqueles que são contrários se manifestem nesse sentido, assumindo suas responsabilidades.

Heráclito acrescentou que na quarta-feira o documento esteve na mão de todos os senadores, reafirmando que não é leviano para divulgá-lo antes de ser aprovado.

– Não existe plano secreto, até porque se há uma coisa que não pode ser feita de maneira secreta é uma votação dessa natureza, porque ela terá que passar fundamentalmente pelo Plenário – explicou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Tribuna livre

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos, estão Acir Gurgacz (PDT-RO), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Papaléo Paes (PSDB-AP).



SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Foi aprovada pelo Senado medida provisória que viabiliza retaliações do governo brasileiro no caso de outros países descumprirem acordos comerciais

Brasil já tem regras para aplicar sanções da OMC

O SENADO APROVOU ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 6/10, originário da Medida Provisória (MP) 482/10, que viabiliza a aplicação pelo Brasil de sanções autorizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre os direitos de propriedade intelectual de outros países quando eles descumprirem o acordo constitutivo do órgão. A matéria, que será encaminhada à sanção presidencial, favorece o governo brasileiro no litígio mantido com os Estados Unidos em relação aos subsídios concedidos por aquele país aos produtores de algodão.

Aprovada na última terça-feira pela Câmara, onde teve como relator o deputado Fábio Ramalho (PV-MG), a MP 482/10 foi editada em fevereiro deste ano e perderia a vigência hoje. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da proposta, considerou que as alterações feitas pela Câmara em nada alteraram o espírito da norma proposta pelo Executivo.

As sanções a serem aplicadas pelo Brasil relacionam-se a direitos de propriedade intelectual de obras literárias artísticas e científicas; artistas intérpretes ou executantes, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão; programas de computador; marcas; indicações geográficas; desenhos industriais; patentes de invenção e de modelos de utilidade; cultivares ou variedades vegetais; topografias de circuitos integrados; informações confidenciais ou não divulgadas; e demais direitos de propriedade intelectual estabelecidos pela legislação brasileira vigente.

Na aplicação da norma, poderão ser adotadas as seguintes medidas: suspensão e limitação de direitos de propriedade intelectual; alteração de medidas para a aplicação de normas de proteção e para obtenção e manutenção de direitos de propriedade intelectual; bloqueio temporário de remessa de *royalties* ou remuneração relativa ao exercício de direitos de propriedade intelectual; e aplicação de direitos de natureza comercial sobre a remuneração do titular de direitos de propriedade intelectual.



O relator Valdir Raupp em Plenário: senador considera que alterações feitas pela Câmara à medida provisória não alteraram o espírito da norma

Subsídios desafiam obrigações assumidas por órgão

A exposição de motivos da MP 482/10 menciona o "continuado descumprimento", pelos Estados Unidos, das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC no litígio "Estados Unidos – subsídios ao algodão". O órgão considerou certos subsídios incompatíveis com os acordos da organização, recomendando sua eliminação ou a remoção de seus efeitos adversos.

Em 2005, o governo brasileiro solicitou autorização para retaliar comercialmente os EUA, notadamente por meio de retaliação cruzada nas áreas de propriedade intelectual e de serviços, mediante suspensão de obrigações decorrentes do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo Trips) e do Acordo Geral sobre

o Comércio de Serviços (Gats). Devido à não aceitação pelos EUA das modalidades e dos valores propostos pelo Brasil a título de retaliação, iniciou-se procedimento de arbitragem.

Em agosto de 2009, esgotados todos os recursos cabíveis, os árbitros divulgaram suas decisões sobre as contramedidas a que o Brasil tem direito. Em consonância com as decisões dos árbitros, em novembro do mesmo ano, o OSC autorizou o governo brasileiro a adotar medidas de retaliação comercial contra os EUA, as quais, desde que preenchidas certas condições, incluem medidas nas áreas de propriedade intelectual e serviços.

O governo ressalta que, a despeito da presente autorização de retaliação relacionar-se com a disputa envolvendo os

subsídios norte-americanos ao algodão, a medida não se restringe a amparar as ações do Brasil nesse caso. A MP, de acordo com o Executivo, foi elaborada para atender, mediante previsões amplas, quaisquer situações futuras de retaliação em propriedade intelectual.

O documento informa ainda que somente o Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) terá a prerrogativa de aprovar a adoção das medidas para um caso concreto, com a devida precaução de publicar relatório preliminar com relação das medidas e sua respectiva fundamentação.

No primeiro semestre, após diversas negociações, o governo brasileiro adiou a aplicação de medidas de retaliação comercial sobre mercadorias dos EUA.

Texto final do Estatuto da Igualdade Racial deve ser votado pelo Senado

Após sete anos de tramitação no Congresso Nacional, o Senado poderá aprovar definitivamente, na próxima semana, o Estatuto da Igualdade Racial. O projeto de lei (PLS 213/03), do senador Paulo Paim (PT-RS), que combate a discriminação, garante igualdade de oportunidades e resguarda os direitos étnico-raciais da população negra, será o primeiro item da pauta de votações da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima quarta-feira. Requerimento de urgência deverá ser apresentado para que a proposta seja votada pelo Plenário do Senado nesse mesmo dia.

O PLS 213/03 foi alvo de diversas modificações no Senado e na Câmara e se – na avaliação de Paim – não é o projeto ideal, pelo menos retrata 90% dos anseios das organizações do movimento negro brasileiro. O ministro da Igualdade Racial, Eloi Ferreira de Araújo, também reconhece que a proposta em análise na CCJ reflete o melhor entendimento possível em torno do assunto. O acerto para apressar a votação do Estatuto da Igualdade Racial foi feito na quarta-feira entre o ministro e os senadores Paim e Demostenes Torres (DEM-GO), este presidente da CCJ e relator da matéria.

Demostenes recomenda a aprovação do substitutivo da Câmara ao PLS 213/03 com a rejeição integral de quatro artigos e a incorporação de 11 emendas de redação. As mudanças começam pela ementa do estatuto, de onde é retirada a referência à Lei Eleitoral (Lei 9.504/97) e ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40).

A medida já elimina do substitutivo dois dos quatro artigos rejeitados integralmente. O primeiro deles acrescentava à Lei Eleitoral a exigência de reserva de 10% das vagas de cada partido ou coligação para candidatos representantes da população negra. O segundo modificava o Código Penal dispensando a exigência de representação do ofendido para processamento de crimes contra a honra (injúria, calúnia ou difamação) praticados contra funcionário público em razão de suas funções.

O relator também defendeu a retirada do artigo que possibilitava ao poder público conceder incentivos fiscais às empresas com mais de 20 empregados que mantivessem uma cota mínima de 20% de trabalhadores negros. Para Demostenes, esse benefício poderia estimular a demissão de trabalhadores brancos, "muitos dos quais, pobres".

Demostenes é contra o sistema de cotas para negros na universidade

O sistema de cotas para negros na educação também foi rejeitado por Demostenes Torres, relator do substitutivo da Câmara ao projeto de Estatuto da Igualdade Racial na CCJ. Além de recusar a obrigatoriedade de a União incentivar instituições de ensino superior públicas e privadas a incluir alunos negros em seus cursos

de pós-graduação, ele decidiu retirar a prioridade no acesso da população negra às instituições federais de ensino técnico de nível médio e superior.

Demostenes argumenta que "o acesso à universidade e ao programa de pós-graduação, por expressa determinação constitucional, deve-se fazer de acordo com o princípio do mérito e do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um".

O senador manteve, no entanto, a previsão de que o poder público adotará programas de ação afirmati-



Demostenes argumenta que "acesso deve fazer-se de acordo com o mérito"

va. Também preservou a determinação ao Executivo federal para acompanhar e avaliar os programas educacionais.

Muitas das 11 emendas de redação elaboradas por Demostenes retiraram do texto da Câmara as expressões "raça", "racial" e "étnico-raciais". O senador observou que, "geneticamente, raças

não existem" e, atendo-se ao "mito da raça", o Estado brasileiro ajudaria a fomentar – e não a desconstruir – "a falsa ideia" da existência de raças.

Demostenes recomendou ainda a supressão das expressões "derivadas da escravidão" e "fortalecer a identidade negra". afirmou que, "sem esquecer os erros cometidos, devemos voltar nosso esforço para o futuro e buscar a justiça social para todos os injustiçados, sem qualquer forma de limitação". Além disso, ele avalia que no Brasil não existe uma "identidade negra" paralela a uma "identidade branca".

Serys Slhessarenko, que propôs a medida, considera que acomodações inadequadas para pessoas com obesidade mórbida caracterizam discriminação



Fernando Collor (ao lado de Eliseu Resende) preside reunião da Comissão de Infraestrutura: empresas podem ser autorizadas a cobrar 25% do valor da passagem pela utilização de um segundo assento

Obesos mórbidos podem ter direito a assento duplo

AS PESSOAS COM obesidade mórbida poderão ter direito a assentos reservados nos sistemas de transporte público coletivo rodoviário, ferroviário, aéreo e hidroviário. A determinação está prevista em proposta aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e que terá decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) antes de ser enviada à Câmara.

A obesidade mórbida ocorre quando o peso de uma pessoa ultrapassa o valor 40 no índice de massa corporal (IMC). De acordo com o Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, um aumento de 20% ou mais acima de seu peso corporal ideal significa que o excesso de peso tornou-se um risco à saúde.

A legislação brasileira já prevê reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte público

para as pessoas portadoras de deficiência ou acompanhadas por crianças de colo, idosos a partir dos 60 anos, gestantes e lactantes.

O projeto de lei (PLS 578/09) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) acrescenta os obesos mórbidos à Lei 10.048/00, que trata do assunto.

Discriminação

Serys ressalta que a obesidade mórbida é um dos mais sérios problemas da atualidade, principalmente pelas limitações que impõe.

– Entre tantas restrições, chama atenção a dificuldade causada pela inadequação dos assentos, nos veículos de transporte, às características físicas das pessoas obesas. Despreparo que, não raras vezes, enseja situações de sofrimento e constrangimento que caracterizam inaceitável discriminação –

explica Serys.

A proposta ainda faculta às pessoas com obesidade mórbida cuja condição física as impeça de ocupar confortavelmente um único assento o direito a dois assentos lado a lado, podendo o operador cobrar acréscimo de 25% sobre o valor do bilhete de passagem regular.

A relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), acrescentou ao texto final emenda para determinar que a obrigatoriedade da oferta de assentos aos obesos mórbidos é limitada a dois passageiros por veículo.

A emenda também prevê que o passageiro, ao comprar o bilhete, deverá informar à empresa operadora sobre sua condição de portador de obesidade mórbida, de forma que a empresa possa providenciar o manejo dos assentos previamente à efetiva ocupação do veículo.

CI vota na quarta indicações para agências e Dnit

Seis indicações da Presidência da República para cargos de direção nas agências nacionais de Aviação Civil (Anac), Energia Elétrica (Aneel), Transportes Aquaviários (Antaq) e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) serão votadas na próxima quarta-feira pela Comissão de Infraestrutura (CI). Em reunião da comissão, ontem, foram apresentados os pareceres dos relatores. Os senadores da CI terão agora uma semana para analisar as indicações e se preparar para sabatar os candidatos, antes de decidir sobre os nomes, em votação secreta.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) explicou que a votação para as diretorias das agências reguladoras precisa ser feita com urgência, já que várias agências estão com quórum

baixo nas votações por falta de diretores.

Nomes

Indicado para o Dnit, Jony Lopes é formado em Engenharia Civil, com pós-graduação em Regulação, Defesa da Concorrência e Concessões. É autor de artigos publicados em revistas especializadas sobre gerência de pavimentos, necessidades de investimentos em rodovias federais e avaliação econômica da rede rodoviária federal.

Vice-almirante da Marinha, Murillo de Moraes é diretor da Antaq desde 2006, sendo agora indicado para mais uma gestão.

Engenheiro civil com especialização em Geotecnia, André Pepitone da Nóbrega é o primeiro funcionário concursado da Aneel indicado para ocupar uma diretoria na instituição.

Um dos três indicados para a Anac, Rubens Vieira é graduado em Direito e mestrando na mesma área. Ocupa, desde 2006, cargo de corregedor da Anac. Outro indicado, Ricardo Sérgio Maia é formado em Administração de Empresas, com especialização em Gestão da Aviação Civil. Tem passagem por empresas públicas e privadas, entre as quais a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), onde exerceu cargos entre 2003 a 2009.

Terceiro nome que poderá compor a direção da Anac, Carlos Pellegrino tem formação em Engenharia Eletrônica, Análise de Sistemas e é oficial-aviador pela Academia da Força Aérea. Já atuou em empresas na área da aviação e trabalha na agência reguladora desde fevereiro de 2008.

Parlamentares apresentam 2,7 mil emendas à LDO

O senador Tião Viana (PT-AC) deve apresentar na semana que vem o relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, que recebeu 2.694 emendas, segundo a Comissão Mista de Orçamento. Destas, 1.549 foram apresentadas ao texto, e 1.145, ao anexo de metas e prioridades.

Conforme o novo cronograma aprovado pela comissão, o relator terá até o dia 18 de junho para entregar o parecer.

Entre outras funções, a LDO define regras para a elaboração do projeto de Orçamento, que deve ser enviada ao Congresso até 31 de agosto.

O prazo para a apresentação das emendas foi encerrado quarta-feira. O relatório preliminar definiu que cada parlamentar e comissão do Senado e da Câmara poderiam apresentar até cinco emendas ao anexo de metas e prioridades.

Pelo documento, o valor total do anexo poderá aumentar em até 25% para atender às emendas. Nesse anexo entram projetos de maior porte, considerados estratégicos. A inclusão representa garantia de reserva de recursos no Orçamento e tratamento diferenciado na execução ao longo do ano.

Sem detalhar obras e serviços, o governo havia definido

no texto da LDO que as prioridades para 2011 seriam as propostas contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Diante das críticas dos parlamentares, o Ministério do Planejamento enviou à CMO ofício adotando como anexo o chamado PAC 2. A vigência do PAC 1 termina neste ano.

A solução foi negociada por Tião Viana com o ministro Paulo Bernardo, apesar de a segunda fase do programa não estar totalmente definida. Para o relator, era necessário um eixo estruturante para orientar a confecção do anexo, uma exigência constitucional.

No relatório final, Tião Viana também deve apresentar solução para outros pontos que envolvem discordâncias, caso do dispositivo que reduz o poder da comissão para suspender o repasse de recursos a obras com indícios de irregularidades graves. O governo concordou em alterar esse item.

A votação do relatório final na CMO deve ocorrer até o dia 1º de julho. O parecer deve ser encaminhado à Mesa do Congresso até o dia 6 para agendamento da sessão conjunta para votação final.

Com previsão de início em 18 de julho, o recesso parlamentar de meio de ano depende da aprovação da LDO.



Tião Viana deve apresentar solução para pontos que envolvem discordância

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem as indicações de Maria Elisa Teófilo de Luna e de Rudá Gonzales Seferin feitas pela Presidência

Senegal pode abrir portas para empresas do Brasil

O SENEGAL PODERÁ ser uma porta de entrada para a atuação de empresários do Nordeste brasileiro na região da costa oeste da África, sugeriu a embaixadora designada para aquele país, Maria Elisa Teófilo de Luna.

A indicação presidencial de Maria Elisa foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE),

assim como a de Rudá Gonzales Seferin – esse para exercer o cargo de embaixador brasileiro na Albânia.

Em sua exposição aos senadores, Maria Elisa – que também representará o Brasil junto à Gâmbia – defendeu a instalação de uma linha aérea direta entre o Nordeste e o Senegal. Uma empresa aérea daquele país, Senegal Airlines, está compran-

do aviões da Embraer, informou a diplomata, que recebeu com satisfação a iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de buscar um entendimento com empresas aéreas brasileiras para o estabelecimento de uma linha aérea direta entre os dois países.

– Podemos promover uma sinergia com o desenvolvimento do Nordeste brasileiro – disse

Maria Elisa, cuja indicação teve como relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

A embaixadora relatou ter ouvido de empresários cearenses a informação de que o estabelecimento de uma linha entre Fortaleza e Cabo Verde, país próximo ao Senegal, ajudou a estimular a indústria têxtil no estado. Ela prometeu visitar empresários de outros estados nordestinos,

como Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia, para estimular a aproximação com o oeste africano.

Maria Elisa ressaltou ainda que o Senegal tem demonstrado interesse em adotar o português como uma de suas línguas oficiais e de tornar-se membro permanente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).



Embaixadora Maria Elisa Teófilo de Luna, senador Eduardo Azeredo e Rudá Gonzales Seferin na sabatina realizada pela CRE



Oportunidades

Espaço para vender ônibus e equipamentos de automação



Brasil terá seu primeiro embaixador residente em Tirana

Enquanto Maria Elisa foi aprovada pela comissão para ser a embaixadora brasileira no primeiro país da África onde o Brasil instalou uma embaixada, em 1961, Seferin será o primeiro embaixador residente brasileiro em Tirana, capital da Albânia. A mensagem presidencial contendo a sua indicação teve como relator o senador Heráclito Fortes (DEM-PI), para quem o posto pode ser considerado uma “fronteira da diplomacia brasileira, onde tudo resta por fazer”.

Ao expor seu plano de trabalho aos senadores, Seferin

afirmou que a Albânia ocupa uma “posição estratégica” nos Balcãs, uma região muito importante, como ressaltou, para a estabilidade europeia. Após abandonar o regime comunista em 1989, relatou ainda o embaixador, a Albânia uniu-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 2009, e agora solicita o seu ingresso na União Europeia – o que pode acontecer, segundo a opinião de analistas citados pelo embaixador, nos próximos 15 anos.

O processo de modernização do porto de Durres, que deverá ser o mais importante

porto de águas profundas no Adriático, foi citado pelo embaixador como uma oportunidade de ampliação das exportações brasileiras, não só para a Albânia, mas para toda a região. Ele informou que pretende ainda explorar as possibilidades de exportação, para aquele país, de ônibus e equipamentos de automação bancária e comercial.

Rádio Tirana

Romeu Tuma (PTB-SP) relatou que costumava ouvir a Rádio Tirana, nos anos 1970, para conhecer detalhes da “pregação comunista”. Por sua

vez, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou a “forte ligação” que a esquerda brasileira manteve com a Albânia e defendeu o fortalecimento das relações bilaterais, ainda que aquele país “tenha voltado ao liberalismo”.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), por sua vez, entregou a Maria Elisa, que é filha de mãe acriana, um livro sobre a história do Acre, enquanto o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) colocou-se à disposição dos dois embaixadores para expor seus planos de criação de programas de renda mínima.

Sarney recebe delegação de conferência juvenil

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem uma delegação de jovens que discutiram as mudanças socioambientais na Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta. Eles trouxeram ao Senado uma carta de responsabilidades, em que assumem o compromisso de adotar ações para estimular hábitos ecologicamente sustentáveis em suas comunidades.

Os jovens querem sensibilizar pessoas sobre o uso eficiente de água, energia e recursos biológicos; diminuir a poluição da água, contando com o apoio de governos, empresas e agricultores; estimular a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa; e fomentar a política dos 5Rs – refletir, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar.

Participaram da conferência 400 jovens e adolescentes de 12 a 15 anos, de 52 nações que falam português, inglês, francês e espanhol.



Jovens de vários países que participaram da Conferência Internacional Infantojuvenil – Vamos Cuidar do Planeta visitam o Senado

Com base em dados da OMS, senador afirma que 25% dos medicamentos consumidos nos países em desenvolvimento são comercializados ilegalmente ou de má qualidade

Augusto alerta para aumento do contrabando de remédios

AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) parabenizou os organizadores do 2º Fórum Nacional sobre Rastreabilidade de Medicamentos: prevenção e combate a falsificação e contrabando no Brasil, que foi realizado ontem no Senado Federal. O evento contou com a participação de representantes do Legislativo, Executivo, Judiciário, órgãos reguladores e indústrias farmacêuticas.

O senador, que é médico, informou que o contrabando e o consumo de medicamentos falsificados, contrabandeados ou sem registro em órgãos reguladores tem crescido em todo o mundo. Ele disse que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 25% dos medicamentos consumidos nos países em desenvolvimento, como o Brasil, são contrafeitos ou de má qualidade.

Segundo Augusto, a OMS estima que este ano mais de 16% dos medicamentos comercializados serão ilícitos, representando um prejuízo de aproximadamente US\$ 75 bilhões para a cadeia farmacêutica mundial. No Brasil, décimo mercado farmacêutico mundial, com receita anual de US\$ 10 bilhões, estima-se que 30% da comercialização de medicamentos seja informal, compreendendo a falsificação e a sonegação de impostos.



Fórum nacional sobre o assunto realizado no Senado recebeu destaque do senador

O senador também citou dados divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que revelam a apreensão de 333 toneladas de medicamentos irregulares em 2009. Cerca de 95% dessas apreensões são referentes a produtos sem registro ou controle dos fabricantes e da Anvisa e vendidos em farmácias e drogarias.

Augusto disse que a tecnologia de rastreabilidade, como o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, em implantação pela Anvisa, vai permitir recuperar informações históricas e geográficas sobre o caminho percorrido pelos medicamentos desde a sua produção até a entrega ao consumidor

Em aparte, Mozarildo Ca-

valcanti (PTB-RR) disse que uma série de reportagens do *Correio Braziliense* mostrou que o contrabando também envolve equipamentos hospitalares e próteses. Ele lembrou que, convidados a uma audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o assunto, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, não compareceram. Apenas enviaram representantes.

– Tenho certeza de que os técnicos enviados sabem mais do assunto do que eles, mas eles são os responsáveis pelos órgãos que dirigem. Portanto, não dão bola para esse problema, o que nos causa indignação – protestou o parlamentar.

Suplicy comemora experiência de renda básica na África

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou ontem o êxito da implementação de um programa de renda básica de cidadania na vila de Oshivelo, na Namíbia.

Baseando-se em relato do bispo luterano Zephaniah Kameeta, da Namíbia, feito durante encontro ecumênico, na semana passada, na Alemanha, Suplicy comparou os efeitos benéficos da distribuição de US\$ 100 dólares aos habitantes do vilarejo africano ao milagre bíblico da multiplicação dos pães.

– Aumentou consideravelmente a atividade econômica. Passaram muitos dos habitantes ali a produzir legumes, verduras e pães. Outros passaram a produzir tijolos. Outros, a produzir

vestimentas. E com a demanda por bens necessários às pessoas, houve um desenvolvimento muito significativo – disse.

O senador comunicou ainda várias gestões suas empreendidas nos últimos dias visando solucionar a greve dos servidores das três universidades estaduais paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (Unesp). Ele alertou os servidores para o risco de ações de vandalismo contra o patrimônio físico das universidades colocar a opinião pública contra a greve.

– Ações dessa natureza não ajudam a causa desses servidores perante a opinião públi-



Senador ressalta aumento da atividade econômica em vila na Namíbia

ca, porque qualquer dano ao patrimônio da Universidade de São Paulo não contribuirá para o propósito que todos queremos: que as universidades paulistas tenham o melhor nível de ensino, de pesquisa e de desenvolvimento da ciência e da tecnologia – afirmou.

Jefferson Praia destaca resultados de conferência

O Brasil precisa investir em pesquisa, mas sem descuidar da ciência básica, para poder aproveitar o patrimônio genético da Amazônia em benefício de sua população. De acordo com editorial publicado no dia 8 de junho pelo jornal *Folha de S. Paulo* – e lido ontem pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM) –, essa foi a principal mensagem da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em Brasília no final do mês passado.

Durante o evento, organizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, foi divulgada a informação de que, apesar de contribuir com 8% do produto interno bruto (PIB), a Amazônia recebe apenas 2,5% dos investimentos nacionais em ciência, tecnologia e inovação. O motivo é que esse repasse é proporcional ao número de pesquisadores brasileiros atuantes em cada região.

O editorial da *Folha* cita reportagem publicada pelo próprio jornal informando que no mercado existe apenas um fitoterápico desenvolvido no Brasil a partir de plantas da flora nacional. O remédio é um anti-inflamatório produzido a partir da erva-baleeira, planta típica da Mata Atlântica. O produto foi lançado após sete anos de pesquisa



Jefferson Praia defende exploração do patrimônio genético amazônico

e R\$ 15 milhões de investimento. O mercado brasileiro de fitoterápicos movimentou entre US\$ 350 milhões e US\$ 550 milhões por ano.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) concordou que a Amazônia precisa de mais recursos para aplicar em educação, ciência e tecnologia. Na mesma linha, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) opinou que somente com investimentos em educação, ciência, tecnologia e patentes o Brasil conquistará a meta de manter-se como quinta economia do mundo. Já o senador Romeu Tuma (PTB-SP) pediu mais recursos para a realização de pesquisas que permitam à região amazônica produzir medicamentos naturais a partir de sua flora.

Jayme Campos defende liberação do FGTS para acessibilidade

Os portadores de deficiências poderão ser beneficiados por projeto anunciado ontem em Plenário por Jayme Campos (DEM-MT).

O senador informou que apresentará proposta para autorizar a liberação de recursos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a execução de obras e projetos de acessibilidade em imóvel próprio.

– Acho que é o mínimo que nós temos que oferecer a famílias acometidas por tragédias – disse o senador.

Os recursos poderão ser utilizados para a instalação de melhorias e adequações na residência da pessoa com deficiência, como a instalação de



Proposta a ser apresentada pelo senador altera legislação do FGTS

rampas e ampliação de portas de banheiros.

Os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Romeu Tuma (PTB-SP) cumprimentaram Jayme Campos pela iniciativa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Jefferson Praia • Magno Malta • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Garibaldi destaca eventos importantes para seu estado

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou ontem cinco eventos recentes ocorridos no Rio Grande do Norte que favorecem o desenvolvimento local: a visita do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton; a realização de mais uma edição da Feira Nacional do Camarão; a construção do aeroporto de São Gonçalo; a criação de duas zonas de processamento de exportação (ZPEs); e a inauguração de uma unidade de pronto atendimento em saúde.

Garibaldi explicou que Bill Clinton esteve em Natal para fazer uma palestra sobre

responsabilidade social na Universidade Potiguar, instituição particular de ensino que completou 30 anos.

Em relação à Feira Nacional do Camarão, Garibaldi ressaltou que o estado é hoje o maior produtor brasileiro do crustáceo. A atividade gera 16 mil empregos e prevê uma safra de 75 mil toneladas para 2010. Em todo o país, a criação de camarões em cativeiro emprega 40 mil pessoas.

Quanto ao aeroporto de São Gonçalo, o senador lembrou que o empreendimento será o primeiro do país a ser totalmente construído e administrado pela iniciativa privada, que irá explorá-lo sob regime de concessão por 35 anos. Por fim, informou que as ZPEs serão criadas em Macaíba, área metropolitana de Natal, e no município de Açú. Já a unidade de pronto atendimento em saúde foi inaugurada em Natal, com recursos do Ministério da Saúde e participação da prefeitura.

Garibaldi Alves Filho aponta cinco iniciativas que fortalecem o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte



Mozarildo impetra ações na Justiça contra governador

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comunicou ontem que entrou com duas ações na Justiça contra o atual governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, que o teria ofendido com palavras de baixo calão em um evento público.

Mozarildo disse que na quarta-feira entrou com uma ação penal no Superior Tribunal de Justiça para que o governador seja punido na forma da lei. Ao mesmo tempo, ele também impetrou ação na Justiça de Roraima, de natureza civil, pelas mesmas ofensas, a fim de obter indenização por danos morais.

O senador relatou que, na eleição de 2006, fez parte do grupo político liderado pelo então governador, Otomar Pinto, do qual também fazia parte o então vice-governador, José Júnior. Com a morte de Otomar, José Júnior assumiu o cargo de governador

de Roraima. Na oposição e concorrendo na mesma eleição estava o grupo liderado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Mozarildo disputou a reeleição ao Senado contra a esposa de Jucá, que era prefeita de Boa Vista.

Mozarildo lembrou que, na época, Jucá subiu à tribuna do Senado para chamar Otomar Pinto de bandido e acusar o seu vice José Júnior de estar sendo procurado pela polícia. O senador disse que, após a morte de Otomar em 2007, José Júnior assumiu o cargo de governador e surpreendentemente se aliou a Romero Jucá.

– Hoje, fazem uma parceria política em que ele [Jucá] pretende se reeleger senador e o governador, que nunca foi eleito para nenhum cargo, herdou o governo – disse o senador.

Mozarildo criticou o fato de alguém, numa eleição, acusar o adversário de ladrão e, em outra, estar ao seu lado, trocando elogios. Para o senador, bastaria José Júnior ter mantido a união do grupo original e o diálogo com a oposição, “mas não precisava fazer essa amigação que está hoje feita lá”. O senador também acusou o atual governador de despreparo e de gastos com “festação”.

Mozarildo diz que foi ofendido pelo governador de Roraima com palavras de baixo calão em evento público



Senador defende aumento da capacidade de poupança e investimento dos atuais 18% para 22%, o que manteria o crescimento econômico em 9% ao ano

Cavalcanti quer crescimento sustentável da economia

AO COMENTAR O crescimento de 9% do produto interno bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2009, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse que, para o Brasil manter um crescimento econômico sustentável a médio e longo prazo, é preciso que haja igual aumento da capacidade de poupança e investimento, que hoje é de apenas 18% do PIB. Ele afirmou que 22% seria o patamar ideal para manter o crescimento da economia em 9% ao ano.

Cavalcanti afirmou que a carga tributária e o nível de eficiência da educação são gargalos que impedem o Brasil de alcançar esse patamar de 22% de poupança. O senador classificou como “comportamento de *nouveau riche* [novo rico]” a atitude que começa na sociedade brasileira e contamina o aparato governamental, que passa a gastar, emprestar e perdoar dívidas, quando o país ainda precisa resolver inúmeras desigualdades e oferecer serviços públicos eficientes.

O senador disse se sentir in-



Fotos de Waldemir Barreto

Cavalcanti: país precisa resolver desigualdades e oferecer bons serviços públicos

comodado com a resistência do governo de economizar o dinheiro público, cortando supérfluos para sobrar mais para as demandas básicas da sociedade. Ele assinalou que, enquanto o Brasil esbanja, países ricos como a Alemanha cortam gastos em 80 bilhões de euros, preservando apenas educação e pesquisa.

– Todo o vigor da nação é desviado para tapar os rombos provocados pela ganância desenfreada e aqueles provocados pelas políticas monetária e fis-

cal. Não podemos esquecer que permanecemos ostentando o incômodo título de país campeão de juros e detentor de uma das cargas tributárias mais infames do planeta. Desvestimos o santo representado pelas carências básicas da população em educação, saúde e segurança pública para cobrir o santo das prioridades equivocadas – lamentou.

O senador Mão Santa (PSC-PI) frisou que “a festejada riqueza econômica” do Brasil precisa se refletir no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Raupp: Rondônia cresce acima da meta nacional

O anúncio feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que o produto interno bruto (PIB) alcançou no primeiro trimestre de 2010 um crescimento de 2,7% em relação aos três últimos meses de 2009 motivou o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a comemorar duplamente. Primeiro pelo resultado em si, que poderá contribuir para que, ao final do ano, o crescimento do PIB brasileiro supere os 7%, e também pelo fato de Rondônia estar crescendo mais do que o restante do país.

– Rondônia era um estado pobre até há pouco tempo. Agora estamos acima da média nacional, apesar de sermos um estado novo,

com pouco mais de 20 anos. Estamos prosperando em ritmo acelerado. Isso deve-se também aos investimentos do governo federal, que superaram os R\$ 30 bilhões.

Entre os investimentos patrocinados pela União, o senador destacou a construção das usinas hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. Raupp advertiu que, se o crescimento do PIB prosseguir alto nos próximos anos, o Brasil precisará investir na construção de novas usinas geradoras de energia e também em estradas, portos e hidrovias para acompanhar o ritmo de desenvolvimento.

O senador anunciou que o presidente Lula tomará uma decisão, na próxima semana,

sobre a transferência dos servidores do então território de Rondônia, custeados pela União até 31 de dezembro de 1991, para quadro em extinção da administração federal. Ele disse confiar que o presidente sancionará o projeto aprovado pelo Congresso que regulamenta a emenda constitucional sobre a transferência.

– Tenho mantido entendimentos com os ministérios do Planejamento, da Fazenda e com a Casa Civil. Meu sentimento é que, se o presidente Lula vetar alguma coisa, serão pequenos itens que não prejudicarão aos servidores. Terça-feira é o último prazo para acabar com essa ansiedade – declarou.

Mão Santa divulga obras no porto de Luís Correia

As obras do porto de Luís Correia, no Piauí, foram retomadas obedecendo aos mais modernos requisitos de portos exigidos em qualquer lugar do mundo. A informação foi transmitida por Heitor Gil Castelo Branco, engenheiro da Staff de Construções e Dragagem, por e-mail lido em Plenário pelo senador Mão Santa (PSC-PI). A conclusão desse porto é tema frequente de pronunciamentos do parlamentar.

Projetado na década de 1960 para ter profundidade de 10 metros, que era adequada para o porte dos navios da época, o porto agora passará a ter um aprofundamento de 12 metros,



Mão Santa fez vários pronunciamentos cobrando a retomada das obras

segundo Gil Castelo Branco. Baseado na correspondência eletrônica do engenheiro, Mão

Santa informou que a estrutura que estava abandonada havia 27 anos no mar passou por uma restauração devido à corrosão.

Mão Santa elogiou o presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), que concordou em realizar uma audiência pública para discutir a situação do porto de Luís Correia, que ao longo dos anos foi destino de várias liberações de recursos financeiros que não saíram do papel para ser de fato empregados na obra. O próprio senador disse que aprovou três emendas orçamentárias para a obra que totalizaram mais de R\$ 50 milhões.

Senador capixaba espera veto de Lula a mudança nas regras atuais de distribuição de *royalties* do petróleo. Lobão defende mudança equilibrada

Para Casagrande, emenda fere a Constituição

O SENADOR RENATO Casagrande (PSB-ES) criticou a aprovação pelo Plenário da emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que distribui a todos os estados e municípios os *royalties* da exploração do petróleo. Casagrande afirmou que a matéria é inconstitucional por não levar em consideração os contratos já assinados para áreas em exploração. Ele também considerou confusa a redação da emenda em relação ao ressarcimento das perdas dos estados produtores.

– O ressarcimento é com base em quê? Na produção atual? Do ano que vem? Ou vai acompanhando o aumento de produção? – questionou.

Casagrande lembrou ainda que o pagamento de *royalties* aos estados produtores é uma forma de indenização pelo impacto causado pela exploração do petróleo, “uma atividade perigosa, com risco ambiental e social” e que, embora dinamize a economia, cria problemas pelas suas consequências na

sociedade. Ele chamou atenção, também, para a necessidade de investimento em infraestrutura urbana que os estados produtores têm que fazer.

O senador observou, no entanto, que as riquezas originárias do pré-sal – que se dará em locais distantes até 300 quilômetros da costa – devem ser mais bem distribuídas pelo país.

– Mas precisamos de uma proposta mais equilibrada, que diferencie aquilo que foi licitado daquilo que ainda o será.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) concordou com a reforma do atual modelo de distribuição de *royalties*, mas discordou da forma como aconteceu ontem de madrugada.

Ex-ministro de Minas e Energia e responsável pela elaboração dos projetos do pré-sal, Lobão afirmou que o episódio foi marcado “pela insensatez dos intolerantes”. Ele considera injusta a atual divisão das riquezas e critica o fato de “um só município do Rio de Janeiro



receber R\$ 1,2 bilhão por ano, enquanto os 5.500 outros, somados, recebem apenas R\$ 850 milhões”, mas defende que a correção seja equilibrada.

Casagrande manifestou sua expectativa de que o presidente Lula vete a emenda e encaminhe uma proposta que distribua a riqueza entre todos e preserve as diferenciações para os estados produtores.



Renato Casagrande (E) criticou mudança nas regras atuais de divisão de *royalties*; Edison Lobão apontou “insensatez dos intolerantes” e defendeu equilíbrio

Paulo Duque comemora início da obra de Angra 3



Paulo Duque

trabalho serão criados.

Segundo Paulo Duque, a construção de Angra 3 é mais uma etapa importante para a retomada do programa nuclear brasileiro. Em sua avaliação, o governo Lula, com visão de Estado, cria condições, com a construção da usina, para o desenvolvimento econômico e social do país.

Paulo Duque ressaltou a importância, para o Brasil, do domínio da tecnologia nuclear, reconhecendo também a contribuição fundamental do ex-presidente Ernesto Geisel para o desenvolvimento do setor.

Segundo o senador, a tecnologia empregada nas usinas brasileiras é ambientalmente segura, sendo prova disso a não ocorrência de nenhum acidente em décadas de funcionamento.

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) comemorou ontem o início da construção da usina nuclear de Angra 3. A construção da nova usina, que terá potência de 1.405 megawatts, deverá gerar 9 mil empregos diretos e 15 mil indiretos. Já na fase de operação, cerca de 500 postos de

Senadores não votariam contra emenda, diz Heráclito

“Criar a expectativa de que esta Casa, que representa o sistema federativo, onde se tem representações iguais de três senadores por estado, votasse contra os interesses dos seus municípios e da sua região, era querer demais”. A afirmação foi feita ontem por Heráclito Fortes (DEM-PI), ao cumprimentar os senadores que votaram pela distribuição dos *royalties* do petróleo a todos os estados.

Depois de observar que quem criou a expectativa de que o pré-sal seria a salvação dos estados e dos municípios pobres do país foi o próprio governo, o senador considerou falacioso o argumento utilizado por parlamentares contrários à emenda de Pedro Simon de que haveria quebra de contrato dos campos de petróleo já licitados e em exploração.

Na avaliação de Heráclito, a mudança de destinação dos recursos não tem como consequência a quebra de contrato, por não envolver as partes contratantes, mas terceiros beneficiados com os recursos.

Reforma tributária

Heráclito voltou a defender a realização da reforma tributária, afirmando que de nada adianta festejar o aumento do produto interno bruto (PIB) se esses resultados não chegam até os estados e municípios mais pobres.

– Os indicadores sociais continuam os mesmos. É necessário implementar uma política de reequilíbrio financeiro da Nação – disse o senador, classificando a aprovação da distribuição dos *royalties* como “uma lição” ao governo – frisou Heráclito.

Ele lamentou boatos de que os parlamentares que defenderam seus estados e, portanto, votaram favoravelmente à emenda de Simon, sofrerão represália do governo nas eleições.

Comissão de Infraestrutura fez cinco debates sobre pré-sal

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), lembrou ontem, poucas horas depois da aprovação do projeto que cria o Fundo Social com recursos do pré-sal (PLS 7/10), que o assunto foi amplamente discutido pela comissão.

A CI vem promovendo, desde o ano passado, um ciclo de debates sobre os grandes desafios de infraestrutura do país. A exploração do pré-sal foi tema de cinco painéis.

Heráclito Fortes (DEM-PI), 1º secretário do Senado, lem-

brou que a Casa publicou em abril o primeiro número da revista em discussão!, sobre os debates promovidos pela CI sobre o pré-sal. Collor elogiou a publicação do *Jornal do Senado*.

– A revista traz todas as iniciativas tomadas na comissão para esclarecer no que fosse possível sobre os temas referentes ao marco regulatório do pré-sal. É uma revista feita com muito cuidado e apuro não somente de texto, mas também na sua diagramação.



Romeu Tuma comenta entrega do 1º prêmio TOP Etanol, em São Paulo

Tuma resalta importância do etanol como energia alternativa

Romeu Tuma (PTB-SP) registrou a realização, na segunda-feira, em São Paulo, da solenidade de entrega do 1º prêmio TOP Etanol às personalidades que se destacaram nos estudos e na dedicação ao desenvolvimento da economia açucareira no país. A solenidade contou com a presença de 800 empresários do setor e dos três pré-candidatos à Presidência da República.

José Serra, Marina Silva e Dil-

ma Rousseff, segundo o senador, foram unânimes em afirmar que o Brasil tem a obrigação de desenvolver políticas “estáveis e coerentes” que garantam o crescimento da participação de energias renováveis – como os produtos da cana-de-açúcar – no sistema energético.

Também o presidente da União dos Plantadores de Cana-de-Açúcar (Única), Marcos Sawaya Jang, disse o senador, ressaltou

a importância do agronegócio açucareiro e do álcool no país e no mundo. Jang acredita que o desastre ocorrido no Golfo do México vai determinar o encarecimento futuro da exploração de petróleo em águas profundas, devido ao aumento do custo com seguros e com a prevenção de vazamentos. Isso tornará mais relevantes as energias alternativas, entre elas o álcool.

Tuma lembrou ainda os pri-

mórdios do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), nos anos 1970, sua quase morte nos anos 1990, devido à queda do preço do petróleo, e o seu renascimento em 2003. Desde então, ressaltou, o Brasil converteu-se no maior laboratório de desenvolvimento de motores de biocombustíveis do planeta, atingindo em 2010 a marca de 10 milhões de veículos flex em sua frota.